

Reportagem Especial

VIOLÊNCIA SEXUAL

Estado tem 2.432 casos de estupro sem julgamento

Há ações por estupro coletivo e por crime cometido por um único bandido. Processos com vítimas menores são prioridade de juízes

Eliane Proscholdt
Jéssica Cardoso

Nos últimos dias, os olhares de milhares de mulheres e homens de bem se voltaram para o caso ocorrido no Rio de Janeiro, em que uma adolescente de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo. No Estado, também há muitas vítimas. Somente no Judiciário há 2.432 casos de estupro sem julgamento, além daqueles sob investigação da polícia.

Em meio aos casos, há estupros praticados por um único criminoso ou por vários. O dado foi passado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), que julgou 649 processos no ano passado.

Segundo a juíza Gisele Souza de Oliveira, coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, na maior parte dos casos as vítimas são mulheres, crianças e adolescentes.

“As mulheres representam o maior número de vítimas. Mas quando falamos em faixa etária, pela nossa experiência empírica, a impressão é de que o número de estupros de menores supera ou se divide em relação às vítimas adultas”, explicou a magistrada.

Os casos que aguardam julgamento incluem o crime de estupro em todas as circunstâncias. Eles chegam até a Justiça após uma série de apurações. “Assim que a polícia realiza suas apurações, encaminha o processo ao promotor de Justiça. Se ele entender que tem prova para acusar, ele vai oferecer a denúncia em uma vara criminal. O indiciado se torna réu. Vai responder uma ação, que ficará a cargo do poder Judiciário.”

De acordo com a juíza, nos 2.432 casos podem ser identificados dois principais cenários em que os suspeitos atacam. No primeiro, a vítima convive com o acusado, em ambientes familiares, em que eles se aproveitam da convivência para praticar o crime. Já no segundo, vítima e acusado não se conhecem.

Desse total de processos em andamento, os casos envolvendo crianças e adolescentes têm prioridade na fila de julgamento. “O Judiciário tem uma preocupação muito grande com os estupros contra os menores. Os juízes são orientados e cobrados para fazerem valer a ordem de priorizar os casos envolvendo esse grupo, que acabam sendo vítimas mais fáceis.”

“O Judiciário tem uma preocupação muito grande com os estupros contra os menores”

Gisele Souza de Oliveira, juíza



A JUÍZA Gisele Souza disse que na maior parte dos casos as vítimas são mulheres, crianças e adolescentes

COMERCIANTE TIA DE JOVEM ESTUPRADA

“As feridas nunca cicatrizam”

Nas palavras ditas por uma comerciante de 56 anos, lembranças de um passado que jamais será apagado. O fato envolve sua sobrinha, que foi estuprada aos 18 anos. Com medo, a jovem se mudou do Estado.

A comerciante não revelou detalhes, como data do ocorrido e local do estupro, para resguardar a integridade da sua sobrinha.

A TRIBUNA - O que aconteceu com sua sobrinha?

COMERCIANTE - Ela estava caminhando durante o dia, por volta das 17 horas, quando foi surpreendida por um criminoso, armado com uma faca.

> O que ele falou?

Fazendo ameaças, obrigou a minha sobrinha a ir até um terreno baldio, onde ela foi estuprada.

> Após o crime, o que aconteceu com ela?

Minha sobrinha foi deixada jogada nesse local. Ela era virgem e ficou em estado de choque, traumatizada. Até se o pai dela encos-

“Essa será uma lembrança que, lamentavelmente, minha sobrinha e nós iremos carregar para o resto de nossas vidas”

LEONE IGLESIAS/AT



COMERCIANTE lembrou momentos de pânico que sua sobrinha passou ao ser estuprada. Jovem se mudou do Estado

tasse nela, ela entrava em pânico.

Foram dias e noites de choro intenso, de muita dor não só para ela, mas para toda a família.

Com medo, ela foi embora do Estado, fez acompanhamento psicológico e hoje tenta levar uma vida normal.

> O trauma foi superado?

O tempo passa, mas as feridas nunca cicatrizam. Essa será uma lembrança que, lamentavelmente, minha sobrinha e nós iremos carregar para o resto de nossas vidas.

> E o criminoso?

Não temos notícias.

> Soube do caso ocorrido com uma adolescente de 16 anos no Rio de Janeiro. O que pensa?

É revoltante. Diria que é uma falta de tudo, falta de Deus e de leis mais severas.

Sei que aqui no Brasil não tem pena de morte, mas nesse caso acho que seria o mais sensato. Sei que só Deus tem direito de tirar a vida de uma pessoa mas, nesse caso, não vejo saída para tantos monstros soltos pelas ruas e atacando mulheres indefesas.

Já que aqui no Brasil não tem pena de morte, o melhor é que esses criminosos sejam identificados pela polícia, presos, condenados pela Justiça e peguem uma pena máxima.

“Casos podem tramitar por até dois anos”, explica juíza

Para o poder Judiciário, não há um prazo estipulado para a tramitação de ações penais em crime de estupro, mas a complexidade dos fatos nas investigações pode ser um dos motivos, segundo o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

“Um processo de estupro pode tramitar por três meses ou até dois anos. Tudo depende das provas coletadas, laudos que precisam ser apresentados e pessoas a serem ouvidas. É um processo complexo. Reconhecemos que a Polícia Civil, assim como o Judiciário, têm suas limitações e acabam demorando mais na apuração de determinados tipos de inquéritos”, disse a juíza Gisele Souza de Oliveira, coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJ-ES.

E completou: “O caminho é investir no aparelhamento dos órgãos para que se tenha mais condições humanas e operacionais para investigar esses casos.”

FÁBIO NUNES - 25/05/2016



MENORES acusados de estupro

Grande Vitória tem ao menos cinco vítimas de estupro coletivo

Assim como a adolescente que sofreu um estupro coletivo no Rio de Janeiro, na Grande Vitória há ao menos cinco vítimas que foram estupradas por mais de um criminoso ao mesmo tempo. Os casos estão em Conselhos Tutelares e Justiça.

Ontem, uma adolescente de 15 anos prestou depoimento em um Conselho Tutelar de Vitória. Entretanto, detalhes não foram revelados para não atrapalhar as apurações.

Na semana passada, três estudantes, de 13, 15 e 16 anos, foram presos, acusados de violentarem sexualmente uma colega de escola, de 11. O crime teria acontecido no bairro Porto de Cariacica.

Outro caso refere-se a duas estudantes, de 13 e 15 anos, rendidas em Alecrim, Vila Velha, em janeiro de 2015. Elas foram estupradas por, ao menos, cinco criminosos jovens, durante uma hora e meia.

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, delegado Lorenzo Pazolini, disse que os autores do crime em Alecrim foram presos e indiciados.

Em 2015, outra adolescente foi dopada e estuprada em um mata-gal por cerca de 10 criminosos na região de São Pedro, Vitória, segundo uma conselheira tutelar.

Reportagem Especial

VIOLÊNCIA SEXUAL

Senado aprova pena mais rigorosa

O Senado aprovou ontem um projeto de lei que prevê pena mais rigorosa para os crimes de estupro praticados por duas ou mais pessoas.

A proposta, além de agravar a punição, tipifica o crime de estupro coletivo que, atualmente, não é previsto no Código Penal brasileiro. O texto precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados.

Atualmente, o crime de estupro praticado por uma pessoa tem pena prevista de 6 a 10 anos de prisão. Nos casos de estupro de vulnerável, quando o crime é praticado contra uma criança de até 14 anos, a pena prevista é de até 15 anos de reclusão.

Pela proposta aprovada, caso o crime seja cometido por duas ou mais pessoas, a pena será aumentada de um terço a dois terços, o que poderia totalizar até 25 anos de prisão, nos casos de estupro de vulnerável.

Há ainda a possibilidade de a pena ser aumentada, caso a vítima do estupro morra após o crime – po-

dendo chegar a 30 anos de prisão, de acordo com o projeto.

O texto também prevê a criação de um dispositivo no Código Penal para punir, com 2 a 5 anos de prisão, a pessoa que “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de estupro”.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a proposta é uma resposta do Senado à sociedade, após caso de estupro coletivo ocorrido na última semana, no Rio de Janeiro.

Originalmente, o projeto, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), previa apenas uma agravamento da pena de estupro comum para os casos em que mais de uma pessoa participasse do crime.

Ela apresentou o texto ainda em 2015, depois de um caso de estupro coletivo no interior do Piauí, no qual uma das vítimas acabou



SENADO aprovou projeto de lei que agrava pena, chegando a 25 anos, e inclui estupro coletivo no Código Penal

morrendo.

A proposta estava em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

No entanto, após articulação de

Renan Calheiros, foi aprovado um requerimento de urgência para que o projeto fosse levado diretamente à votação em plenário ontem.

A senadora Simone Tebet

(PMDB-MS) foi designada relatora de plenário da proposta e apresentou emendas ao texto para que o crime de estupro coletivo fosse tipificado no Código Penal.

Policiais vão trabalhar na folga

O governo federal quer pagar diárias aos policiais dos estados para que trabalhem nos dias de folga para reforçar a segurança em áreas marcadas por violência contra a mulher.

A medida foi anunciada ontem pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, após reunião com secretários da Segurança Pública, em Brasília. A ideia de remunerar policiais com recursos da União vai se aplicar não só ao efetivo ostensivo, que fica na rua, mas também aos agentes das delegacias.

Moraes defende que seja feito um “grande mutirão” para priorizar todos os processos relacionados à violência contra a mulher. Os recursos sairão do orçamento da Força Nacional de Segurança Pública, ligada ao Ministério da Justiça.

O ministro disse ainda que o governo encaminhará aos estados, até o fim desta semana, uma sugestão de protocolo unificado de atendimento às mulheres vítimas

de violência, para que elas não se intimidem na hora de denunciar.

Quando ao pagamento de diárias para fortalecer o policiamento local, ele observou que não há prazo nem custo estimado da ação. De acordo com ele, é preciso esperar que os estados mandem suas estatísticas de crimes, mostrando onde será preciso empregar os policiais.

O ministro afirmou que isso não deve demorar, até porque, segundo ele, a ideia contou com a adesão dos secretários da Segurança.

“O pagamento da diária é exitoso se você investir na própria polícia local para atuar nas folgas em áreas marcadas por violência contra a mulher”

Alexandre de Moraes, min. da Justiça

“O pagamento da diária é exitoso se você investir na própria polícia local, para que ela possa, nessas horas extras, realizar policiamento e investigações nos locais indicados, por meio de convênios. Será direcionado ao combate de homicídios e violência doméstica”.

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, participou da reunião e informou que o governo do Estado pretende intensificar os programas já existentes.

“As ações conjuntas dos projetos Patrulha da Família e Homem que é Homem têm representado redução nos registros dos casos de violência, e pretendemos intensificar e ampliar o que já existe.”

Já a deputada estadual Janete de Sá defende o atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica, com base no modelo adotado no Rio Grande Sul. Lá, uma sala foi adaptada no Departamento Médico Legal (DML) para fazer exames e acompanhar vítimas.

MEDIDAS PROPOSTAS PELO GOVERNO

Diárias

> A INICIATIVA do governo federal é pagar diárias aos policiais dos estados, visando reforçar a segurança em pontos estratégicos com o maior número de homicídios e violência contra a mulher.

Pagamentos

> O PRAZO e o custo para os pagamentos dessas diárias não foram estimados. O governo federal aguarda estatísticas dos estados, indicando onde será necessário empregar o efetivo.

Motivação

> O PROJETO foi motivado pelo caso de estupro coletivo no Rio e discutido

em uma reunião ontem, em Brasília, que contou com a participação de 27 secretários da Segurança Pública do País, incluindo André Garcia, representando o Espírito Santo.

Medidas protetivas

> O MINISTÉRIO da Justiça pedirá auxílio ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para que façam chegar aos policiais nas ruas informações sobre todas as medidas protetivas vigentes, como as que obrigam o agressor a ficar distante da vítima.

Fonte: Governo federal.

REPRODUÇÃO DE TV



ADOLESCENTE DE 16 ANOS, vítima de estupro coletivo, saiu do Rio de Janeiro com a família após receber ameaças de traficantes

Adolescente deixa o Rio

A adolescente, de 16 anos, vítima de estupro coletivo em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro, e centro das discussões sobre esse tipo de crime, deixou ontem o estado com a família. Ela foi incluída no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte, do governo federal.

O lugar para onde ela foi levada com a mãe, o pai, a avó, o irmão e o filho não será divulgado, uma vez que ela foi ameaçada de morte por traficantes.

A menina foi orientada a cortar

qualquer tipo de contato com antigos amigos e não terá à disposição celular, nem computador com internet. A família dela não se opôs e achou a melhor alternativa para a segurança de todos.

O secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Paulo Melo, recebeu a menina antes de ela deixar o estado.

“Ela está assustada e quer mudar de vida, mas fiquei impressionado com a sua tranquilidade. É uma menina inteligente, articulada e amadurecida pela vida.”

ENTENDA O CASO

Quatro foragidos

> A ADOLESCENTE afirmou que estava na casa do rapaz com quem se relacionava havia três anos, o jogador de futebol Lucas Perdomo, e que acordou no domingo (22), em uma outra casa, no Morro do Barão, com 33 homens armados com fuzis e pistolas. Ela disse que estava dopada e nua.

> A MENINA relatou que foi para casa de táxi, após o ocorrido.

> NO ÚLTIMO dia 24, ela descobriu que imagens dela, sem roupas e desacompanhada, circulavam na internet.

> O LAUDO da perícia do caso apontou que a demora da vítima em acionar a polícia (4 dias) e fazer o exame foi determinante para que não fossem encontrados indícios de violência.

> O DELEGADO Alessandro Thiers, que investigava o caso, foi afastado. A vítima disse que se sentiu constrangida por ele em depoimento.

> A DELEGADA Cristiana Bento assumiu o caso e prendeu dois acusados, Lucas e Raí de Souza. A polícia está à caça de quatro foragidos e investiga participação de traficantes no crime.



GARCIA participou de reunião

ANTONIO COSME - 01/03/2016